PARTE II – Duração: 2 horas

Estas questões são independentes das questões apresentadas na PARTE I

QUESTÕES DE CONTABILIDADE FINANCEIRA

QUESTÃO 21.:

Uma entidade desenvolveu internamente um novo software. Durante a fase de investigação, incorreu em gastos de 12 000 EUR. Posteriormente, durante a fase de desenvolvimento, incorreu em gastos adicionais de 30 000 EUR, numa altura em que já estão demonstrados todos os critérios necessários ao reconhecimento de um ativo intangível. Face ao exposto, qual das seguintes afirmações está correta?

a) Todos os gastos devem ser reconhecidos como ativo intangível.
b) Os gastos de investigação devem ser capitalizados e os de desenvolvimento reconhecidos como gastos do período.
c) Os gastos da fase de desenvolvimento podem ser capitalizados e os da fase de investigação são reconhecidos como gastos podendo, caso a entidade assim entenda serem também reclassificados como parte do custo do ativo.
d) Os gastos da fase de desenvolvimento devem ser capitalizados, mas os da fase de investigação são reconhecidos como gastos.

QUESTÃO 22.:

Uma empresa celebrou um contrato de prestação de serviços, em 1 de setembro de 2025 no valor de 24 000 EUR, cuja execução deverá decorrer no período máximo de um ano. No final de 2025, verifica-se que 60% dos serviços foram prestados, sendo possível estimar com fiabilidade o grau de acabamento e os restantes elementos necessários ao reconhecimento do rédito. Face ao exposto, qual o montante de rédito que deve ser reconhecido nesse período?

a) 24 000 EUR.
b) 14 400 EUR.
c) Não deve ser reconhecido qualquer montante de rédito neste período.
d) 8 000 EUR.

QUESTÃO 23.:

Uma empresa possui um edifício classificado como propriedade de investimento, mensurado segundo o modelo do justo valor. Em 31 de dezembro de 2024, o imóvel apresentava uma quantia escriturada de 520 000 EUR. Em 1 de julho de 2025, a empresa deixa de arrendar o edifício a terceiros e passa a utilizá-lo como sede administrativa. Nessa data, o justo valor do imóvel é de 560 000 EUR. Face ao exposto e de acordo com a NCRF 11, qual é o tratamento contabilístico adequado?

a) O imóvel permanece classificado como propriedade de investimento, mantendo o valor de 520 000 EUR.
b) O imóvel é reclassificado para ativo fixo tangível pelo valor de 520 000 EUR, sem reconhecimento de qualquer resultado.
c) O imóvel é reclassificado para ativo fixo tangível por 560 000 EUR, reconhecendo-se um aumento de 40 000 EUR diretamente no capital próprio.
d) O imóvel é reclassificado para ativo fixo tangível por 560 000 EUR, reconhecendo-se um ganho de 40 000 EUR nos resultados do período.

QUESTÃO 24.:

Uma empresa comercial adquiriu 200 unidades de uma mercadoria por 100 EUR cada, beneficiando de um desconto comercial de 10% e suportando 1 000 EUR de custos de transporte necessários à sua aquisição.
No processo de encerramento das contas do período verificou-se que as 200 unidades permanecem em armazém. Contudo, 50 dessas unidades apresentam sinais de deterioração, estimando-se para cada uma um preço de venda de 95 EUR e custos necessários para efetivar a venda de 10 EUR. As restantes unidades apresentam um valor

realizável líquido superior ao respetivo custo. Assim, de acordo com a NCRF 18, qual o valor pelo qual os inventários devem ser apresentados no balanço?

a) 19 000 EUR.
b) 18 500 EUR.
c) 17 000 EUR.
d) 20 000 EUR.

QUESTÃO 25.:

Uma empresa celebra, em 2 de janeiro de 2025, um contrato de locação de um equipamento industrial com as seguintes condições:

- Justo valor do equipamento: 120 000 EUR.
- Valor presente dos pagamentos mínimos da locação: 110 000 EUR.
- Custos diretos iniciais suportados pela empresa: 4 000 EUR.
- Prazo da locação: 5 anos.
- Vida económica estimada do equipamento: 8 anos.
- Taxa de juro implícita no contrato: 5% ao ano.
- Renda anual de 25 410 EUR, paga no final de cada ano.

Não existe transferência de propriedade no final do contrato nem certeza razoável de que a empresa venha a adquirir o equipamento.

Admitindo que o contrato é classificado como locação financeira, que a depreciação é calculada pelo método da linha reta e que o valor residual é nulo, qual das seguintes afirmações está correta relativamente ao reconhecimento inicial e aos gastos do primeiro ano?

a) O equipamento deve ser reconhecido por 120 000 EUR e depreciado durante 8 anos, sendo a renda anual integralmente reconhecida como gasto.
b) O equipamento deve ser reconhecido por 110 000 EUR e o passivo pelo mesmo valor, sendo a renda anual reconhecida integralmente como redução da dívida.

c) O equipamento deve ser reconhecido por 114 000 EUR, o passivo por 110 000 EUR, e os gastos do primeiro ano incluem 22 800 EUR de depreciação e 5 500 EUR de juros.

d) O equipamento deve ser reconhecido por 114 000 EUR, o passivo por 114 000 EUR, e a depreciação anual deve ser calculada considerando a vida útil de 8 anos.

QUESTÕES DE CONTABILIDADE DE GESTÃO

QUESTÃO 26.:

A empresa *PQFG*, Lda. encontra-se organizada, na sua vertente industrial, em diversas Secções Homogéneas para executar as diversas fases de produção dos bens que disponibiliza ao mercado. Entre essas Secções encontram-se duas auxiliares designadas por Conservação e por Gastos Comuns, destinadas a apoiar as Secções Principais. Os gastos da Secção Conservação são repartidos de acordo com as horas de atividade da mesma. Por seu lado, os gastos da Secção Gastos Comuns são repartidos em percentagem pelas restantes secções fabris, correspondendo normalmente 10% à Conservação, sendo que num determinado período incorreu em 164 240 EUR de gastos diretos. No mesmo período, a Conservação apurou gastos diretos de 55 000 EUR e trabalhou 500 horas-máquina, das quais 40 foram aplicadas na secção Gastos Comuns. O custo total da Conservação e dos Gastos Comuns foi, respetivamente, de:

a) 55 000 EUR e 164 240 EUR.
b) 72 000 EUR e 170 000 EUR.
c) 75 000 EUR e 165 000 EUR.
d) Nenhuma das alíneas anteriores se encontra correta.

QUESTÃO 27.:

A empresa "ABC, Lda." fabrica os produtos A, B e C. Os resultados dos três produtos são os seguintes (em EUR):

	A	**B**	**C**	**Total**
Vendas	24 000	48 000	36 000	108 000
Custos Totais (fixos e variáveis)	(16 800)	(39 600)	(37 200)	(93 600)
Resultado Bruto	7 200	8 400	(1 200)	14 400

A contabilidade apurou que nos custos totais estão incluídos custos fixos do produto A, no valor de 4 800 EUR, do produto B, no valor de 9 600 EUR, e do produto C, no valor de 7 200 EUR. Supondo que no curto prazo os custos fixos não se alteram e que a decisão de

descontinuar qualquer dos produtos não terá impacto na procura dos restantes, a empresa deve:

a) Eliminar o produto C pois apresenta prejuízo.
b) Não eliminar o produto C pois o resultado bruto irá diminuir em 6 000 EUR.
c) Eliminar o produto C pois o resultado bruto irá melhorar em 7 200 EUR.
d) As alíneas a) e c) encontram-se corretas.

QUESTÃO 28.:

Uma determinada empresa dedica-se à produção, realizada em duas fases, de um só produto. Na primeira fase a matéria-prima é transformada num semi-produto, o qual é transferido para a fase seguinte, onde é transformado em produto final. Relativamente à primeira fase sabe-se o seguinte:

Gastos mensais (EUR)		Grau de acabamento dos inventários finais de PVF	
MP	48 000	MP	100%
MOD	22 000	MOD	50%
GGF	34 500	GGF	75%
Total	104 500		

Sabe-se ainda que a empresa não apresentava inventários iniciais de produtos em vias de fabrico e que naquela fase iniciou 30 000 unidades, tendo terminado 25 000 unidades. Considerando a utilização da fórmula de custeio FIFO, o valor do inventário final dos produtos em vias de fabrico foi de:

a) 14 500 EUR.
b) 17 417 EUR.
c) 20 900 EUR.
d) Nenhuma das alíneas anteriores se encontra correta.

QUESTÃO 29.:

Uma determinada empresa está a considerar a hipótese de utilizar o sistema de custeio ABC em N+1 para imputar os GGF aos seus produtos: produto A e produto B. Uma análise dos dados de N revelou que os 600 000 EUR suportados em GGF poderiam ser imputados a três atividades da forma que se segue (valores em euros):

	Setups	**Manutenção**	**Pintura**	**Total**
GGF	40 000	120 000	440 000	600 000

Os gestores decidiram que os Cost Drivers adequados são os seguintes:

	Cost Driver	**Volume de atividade**
Setups	Nº de preparações	320
Manutenção	N.º de manutenções	120
Pintura	Horas máquina	80 000

Os Cost Drivers para cada produto são:

	PRODUTO A	**PRODUTO B**
Nº de preparações	200	120
N.º de manutenções	60	60
Horas máquina	28 000	52 000

O montante de GGF que cada produto receberia seria de:

a) 220 000 EUR para o produto A e 380 000 EUR para o produto B.

b) 239 000 EUR para o produto A e 361 000 EUR para o produto B.

c) 300 000 EUR para o produto A e 300 000 EUR para o produto B.

d) Nenhuma das alíneas anteriores se encontra correta.

QUESTÃO 30.:

Uma determinada empresa dedica-se à produção e comercialização do produto Y. Os dados referentes a janeiro de N foram os seguintes (em EUR):

Compra de matérias-primas	13 000
Mão-de-obra Direta	8 000
Gastos Gerais de Fabrico	1000
Gastos Não Industriais	6000

Sabe-se ainda que:

Vendas:

Unidades vendidas	2 500
Preço de venda unitário	7 EUR

Produtos Acabados (unidades):

Inventário Inicial	0
Produção	4 000
Inventário Final	1 500

Produtos em Vias de Fabrico (EUR):

Inventário Inicial	0
Inventário Final	320

Matérias-Primas (EUR):

Inventário Inicial	1 000
Inventário Final	2 000

O Custo Industrial dos Produtos Vendidos desta empresa é:

a) 10 180 EUR.
b) 12 925 EUR.
c) 19 180 EUR.
d) Nenhuma das alíneas anteriores se encontra correta.

QUESTÕES DE FISCALIDADE

QUESTÃO 31.:

A sociedade Beta, Lda. celebrou com o Sr. José Silva um contrato-promessa de compra e venda (CPCV) de um bem imóvel sito em Lisboa, pelo valor de 300 000 EUR (VPT de 200 000 EUR), no qual foi clausulado que o promitente adquirente (Sr. José Silva) poderia ceder a sua posição contratual a uma entidade terceira, tendo o Sr. José Silva pago à Beta, Lda., um sinal de 30.000 EUR. Posteriormente, o Sr. José Silva cederá, pelo valor de 50 000 EUR, a sua posição contratual à sociedade Z, S.A., que será quem realizará a escritura de compra e venda. Para efeitos de IMT:

a) Existem 3 factos tributários: o IMT incidirá sobre os 30 000 EUR pago pelo Sr. José Silva; sobre 50 000 EUR pago pela sociedade Z, S.A.; e pela realização da escritura de compra e venda, neste caso uma liquidação adicional sobre 250 000 EUR.
b) Apenas é devido IMT pela realização da escritura de compra e venda sobre o valor de 300 000 EUR, abatido do IMT pago pelo Sr. José Silva.
c) Existem 3 factos tributários: o IMT incidirá sobre a 30 000 EUR pago pelo Sr. José Silva; sobre 50 000 EUR pago pela sociedade Z, S.A.; e pela realização da escritura de compra e venda, neste caso uma liquidação adicional sobre 300 000 EUR.
d) Existem 2 factos tributários: o IMT incidirá sobre 50 000 EUR pago pela sociedade Z, S.A.; e pela realização da escritura de compra e venda, neste caso sobre 300 000 EUR.

QUESTÃO 32.:

A sociedade SPMISTO, Lda. com sede em Lisboa, é um sujeito passivo enquadrado no regime normal de periodicidade mensal, que realiza, simultaneamente, atividades sujeitas a IVA e dele não isentas e atividades sujeitas a IVA, embora dele isentas nos termos do art.º 9.º do respetivo Código. Em 2020 iniciou a construção de um edifício destinado à sua sede, que viria a ficar concluído e ocupado nesse mesmo ano, suportando IVA no valor total de 100.000 EUR, sendo afeto à generalidade das suas atividades. Aquela sociedade utiliza como critério de dedução do IVA suportado naquela edificação a afetação real (critério objetivo:

m2, que se manteve inalterado) representando numa percentagem de 60%. Em setembro de 2026, a SPMISTO Lda., alienou o referido imóvel pelo valor de 800 000 EUR, tendo renunciado à isenção do IVA que lhe era aplicável.

Para efeitos de IVA, a SPMISTO, Lda., deverá, em 2026:

a) Regularizar o IVA no campo 41 da Declaração Periódica 202612, no montante de 28 000 EUR e liquidar o IVA da transmissão, no montante de 184 000 EUR, no campo 4 da mesma Declaração Periódica.
b) Regularizar o IVA no campo 40 da Declaração Periódica 202612, no montante de 70 000 EUR e emitir uma fatura com a menção "IVA – autoliquidação, mencionando o valor de 800 000 EUR na mesma Declaração Periódica;
c) Regularizar o IVA no campo 40 da Declaração Periódica 202612, no montante de 28 000 EUR (regularização a favor do Estado) e liquidar o IVA da transmissão, no montante de 184 000 EUR, no campo 4 da mesma Declaração Periódica;
d) Regularizar o IVA no campo 40 da Declaração Periódica 202612, no montante de 28 000 EUR (regularização a favor do Estado), mencionado o valor de 800 000 EUR no campo 8 da Declaração Periódica 202609.

QUESTÃO 33.:

A sociedade Beta, Lda., com sede em Lisboa, onde possui o seu armazém, enquadrada no regime normal do IVA, enviou, no passado dia 03 de maio, mercadorias à consignação para a sociedade YYY, Lda., com sede e estabelecimento comercial de venda a retalho em Évora. O IVA relativo a esta operação é devido e exigível:

a) No momento em que os bens forem colocados à disposição do cliente final da YYY, Lda., ou no prazo de um ano a contar da data da entrega à consignação das mercadorias, caso não tenha ocorrido a devolução dentro desse prazo.
b) No preciso momento em que os bens foram remetidos à consignação.
c) No quinto dia útil seguinte à remessa dos bens à consignação, com a emissão de uma fatura à consignação.

d) No momento em que os bens foram remetidos à consignação ou aquando da devolução dos mesmos, se concretizada no prazo não superior a 12 meses.

QUESTÃO 34.:

A regularização do IVA a favor do sujeito passivo relativa aos seus créditos, considerados de cobrança duvidosa à luz do respetivo código, sobre clientes enquadrados no regime normal do IVA:

a) Deverá ser efetuada mediante pedido de autorização prévia à AT, a apresentar no prazo de seis meses contados a partir da data em que os créditos sejam considerados de cobrança duvidosa.
b) Deverá ser efetuada mediante pedido de autorização prévia à AT, a apresentar no prazo de doze meses contados a partir da data em que os créditos sejam considerados vencidos.
c) Deverá ser efetuada sem necessidade de recurso a qualquer pedido de autorização prévia, mencionado no campo 40 da respetiva Declaração Periódica.
d) Deverá ser efetuada mediante certidão judicial solicitada para o efeito.

QUESTÃO 35.:

Uma Entidade do Setor não Lucrativo, Sujeito Passivo misto, que utiliza como critério de dedução o pro rata geral (percentagem de dedução de 15%), procedeu à aquisição de (valores sem IVA) serviços de consultoria informática, transversais a todas as suas atividades (assistência técnica; desenvolvimento/manutenção de software; serviços de cibersegurança) a uma empresa com sede nos EUA, no valor de 10 000 EUR. Qual o correto preenchimento da respetiva declaração periódica por parte daquele Sujeito Passivo?

a) 10 000 EUR no campo 3 e 2 300 no campo 4; 2 300 EUR no campo 24; 10 000 EUR no campo 98 do quadro 06-A.
b) 10 000 EUR no campo 12 e 2 300 EUR no campo 13; 2 300 EUR no campo 24.

c) 345 EUR no campo 40 e 345 EUR no campo 24; 10 000 EUR no campo 98 do quadro 6-A.

d) 10 000 EUR no campo 3 e 2 300 no campo 4; 345 EUR no campo 24; 10 000 EUR no campo 98 do quadro 6-A.

QUESTÕES DE DEONTOLOGIA PROFISSIONAL

QUESTÃO 36.:

A Contabilista Certificada Rosalina Cruz é responsável pela regularidade técnica nas áreas contabilística e fiscais da sociedade Game, Lda., através de contrato de trabalho celebrado para o efeito.

Não obstante, de acordo com a gerência da sociedade, foi acordada a rescisão do contrato de trabalho com efeitos a 18 de setembro de 2026.

No dia 9 de setembro de 2026, Rosalina Cruz já dispunha de toda a documentação necessária para submeter a declaração periódica de IVA referente ao segundo trimestre de 2026, cujo prazo de entrega ainda se encontrava em curso.

Atento ao exposto, assinale a opção correta.

a) Rosalina Cruz já não deve submeter a declaração periódica de IVA referente ao segundo trimestre de 2026, uma vez que a rescisão do contrato de trabalho produz efeitos antes da data-limite de entrega da declaração.

b) Rosalina Cruz deve submeter a declaração periódica de IVA referente ao segundo trimestre de 2026.

c) Rosalina Cruz proceder à preparação da declaração periódica de IVA referente ao segundo trimestre de 2026 a ser submetida por um colega até à data-limite.

d) Rosalina Cruz mantém a obrigação de submeter a declaração periódica de IVA referente ao segundo trimestre, podendo para o efeito fazê-lo entre 18 de setembro de 2026 e o termo do respetivo prazo legal, apesar de o contrato de trabalho já ter cessado.

QUESTÃO 37.:

O Contabilista Certificado António João deparou-se com uma dúvida quanto à interpretação e aplicação de determinadas disposições do Regulamento das Sociedades Profissionais de Contabilistas Certificados, Sociedades de Contabilidade e Sociedades Multidisciplinares da Ordem dos Contabilistas Certificados.

Para o efeito, pretendendo assegurar que a sua atuação se encontra em conformidade com as disposições regulamentares aplicáveis, António João decide solicitar à Ordem dos Contabilistas Certificados a emissão de parecer sobre a interpretação do referido Regulamento.

Atento às competências dos diferentes órgãos da Ordem, assinale a opção correta:

a) António João deve solicitar parecer ao Conselho Diretivo da Ordem dos Contabilistas Certificados.
b) António João deve solicitar parecer à secção disciplinar do Conselho Jurisdicional da Ordem dos Contabilistas Certificados.
c) António João deve solicitar parecer ao plenário do Conselho Jurisdicional da Ordem dos Contabilistas Certificados.
d) António João deve solicitar parecer ao Conselho de Supervisão da Ordem dos Contabilistas Certificados.

QUESTÃO 38.:

Em janeiro de 2023, o Contabilista Certificado Sílvio Lucas, inscrito como membro da Ordem dos Contabilistas Certificados desde dezembro de 2022, sucedeu a Albano Ruivo na responsabilidade pela regularidade técnica nas áreas contabilística e fiscal de uma sociedade, sem ter dado cumprimento ao dever de lealdade profissional, apesar da existência de honorários em dívida ao seu antecessor.
Não obstante, Sílvio Lucas sempre tentou junto da gerenciada sociedade, que a situação relativa aos honorários devidos ao seu colega fosse regularizada.
Em junho de 2026, Albano Ruivo, cansado de aguardar pela regularização dos honorários em dívida, apresentou, junto do Conselho Jurisdicional da Ordem dos Contabilistas Certificados, uma participação contra o seu colega Sílvio Lucas, imputando-lhe o incumprimento do dever de lealdade e juntando toda a prova documental para o efeito.

Atento ao exposto, assinale a opção correta:

a) Sílvio Lucas está sujeito a responsabilidade disciplinar e à aplicação da sanção de suspensão.

b) Sílvio Lucas está sujeito a responsabilidade disciplinar e a responsabilidade solidária pelo pagamento dos honorários em dívida.
c) Sílvio Lucas já não está sujeito a responsabilidade disciplinar.
d) Sílvio Lucas está sujeito a responsabilidade disciplinar e poderá ser aplicada a sanção de suspensão até 3 anos.

QUESTÃO 39.:

Tinha sido aplicado a Sílvio Lucas, em fevereiro de 2026 uma sanção disciplinar de advertência.
Em junho de 2026, assumiu Sílvio Lucas a qualidade de patrono de Nuno Costa, no âmbito do estágio de acesso à profissão de contabilista certificado.

a) Sílvio Lucas não pode assumir a qualidade de patrono por não preencher os requisitos legais.
b) Sílvio Lucas pode assumir a qualidade de patrono, desde que obtenha parecer prévio do Conselho Diretivo.
c) Sílvio Lucas pode assumir a qualidade de patrono, por preencher os requisitos estipulados.
d) Sílvio Lucas não pode assumir a qualidade de patrono exclusivamente em virtude da sanção disciplinar de advertência que lhe foi aplicada em fevereiro de 2026.

QUESTÃO 40.:

No decurso de uma ação de inspeção tributária a uma sociedade pela qual é responsável pela regularidade técnica nas áreas contabilística e fiscal, a Contabilista Certificada Carolina Luís foi inquirida pelo inspetor tributário, para prestar esclarecimento relacionados diretamente com a sua responsabilidade.
Solicitou ainda que lhe faculte os balancetes relativos aos meses de novembro e dezembro de 2024.
Perante esta solicitação, Carolina Luís invocou, o dever de sigilo profissional, abstendo-se de facultar a documentação solicitada.

Após comunicar a situação à gerência da sociedade, esta autorizou-a, por escrito, a disponibilizar ao inspetor tributário os elementos solicitados.
Na mesma ocasião, Carolina Luís solicitou à gerência a regularização dos honorários que se encontravam em dívida desde junho de 2025.

Atento ao exposto, como deve Carolina Luís proceder.

a) Como invocou num inicialmente o dever de sigilo profissional, a posterior autorização escrita da gerência não lhe permite facultar a documentação solicitada.
b) A existência de honorários em dívida desde junho de 2025 determina a cessação do dever de sigilo profissional, podendo Carolina Luís facultar ao inspetor tributários os documentos solicitados.
c) Carolina Luís deve facultar os documentos solicitados pelo inspetor tributário, tendo em consideração a autorização escrita da gerência.
d) Carolina Luís deve informar a gerência, decorrente da existência de honorários em dívida, que não vai proceder a qualquer esclarecimento ou informação diretamente relacionado com o exercício das suas funções, não lhe podendo ser imputada qualquer responsabilidade pela recusa.